

A paciência do País já está esgotada

8 JUN 1981

Economia Brasil

De modo fulminante, com eficiência exemplar, o presidente José Sarney conseguiu uma proeza sem paralelo em nossa tumultuada história republicana. De Norte a Sul do País — cansados de suportar as terríveis consequências do desgoverno —, todos os empresários responsáveis — de micros a multinacionais — protestam publicamente contra a absoluta falta de condições para o funcionamento normal das atividades econômicas. Habitualmente discretos, quase sempre receosos e tímidos, os homens de negócios sentem-se no dever de romper o seu silêncio para alertar a Nação sobre a gravidade do momento.

O que terão pensado o presidente da República e sua entourage palaciana ao tomarem conhecimento das declarações do empresário Augusto de Azevedo Antunes, diretor-presidente do grupo Caemi, que, com o realismo e a autoridade dos seus 80 anos, afirmou sem hesitar: "Esta é a pior crise que já assisti na história do País". Esse desabafo de um homem com a vivência de Brasil do presidente do grupo Caemi — que fez mais por este país do que qualquer político de carreira — reflete a preocupação existente no mundo dos negócios com a difícil conjuntura presente, na qual se entremeiam problemas econômicos e incertezas decorrentes da instabilidade política.

E qual terá sido o impacto sobre o ministro Bresser Pereira das palavras do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, a respeito do furor tributário do governo? O dirigente máximo da entidade que representa o polo industrial mais importante do País diz, sem medo, que o empresariado deixará de pagar impostos se a carga tributária for aumentada, como querem o ministro da Fazenda e os políticos da ala radical do PMDB. Para afastar dúvidas e interpretações maldosas (e também a exploração política dessa corajosa declaração), o presidente da Fiesp esclareceu à Nação que os industriais paulistas não estão prometendo adotar essa atitude extrema por serem adeptos da "desobediência fiscal". Se tiverem de adotá-la será tão-somente por "falta de condições e de recursos".

Na verdade, nossos setores empresariais não aguentam mais trabalhar para cobrir os buracos-sem-fundo do setor público, arruinado pelo "empreguismo", pela "ineficiência" e pelas "obras de prioridade discutível". Usamos aspas na frase anterior apenas para deixar claro que essas palavras não são nossas (apesar de as endossarmos sem hesitação), mas constam de um manifesto do Clube de Diretores Lojistas no Estado de São Paulo, enviado ao presidente da República e a todos os ministros, no qual a entidade pede ao governo rápida definição da política econômica, pois do contrário a Nação estará sendo conduzida "a uma crise sem precedentes e de elevado custo social". Para esses dirigentes do comércio lojista "não existe atividade honesta capaz de remunerar as absurdas taxas de juros praticadas no País". E por trás dessa taxa de juros está o processo inflacionário que torna inviáveis as pequenas e médias empresas, para não falar nas grandes, que hoje vivem num clima de incerteza sem precedentes.

Por toda parte surgem sinais de descontentamento causados pelos desvarios e falta de responsabilidade do governo Sarney, aos quais se juntam o descalabro administrativo dos Estados e a xenofobia dos políticos radicais nas subcomissões do Congresso-Constituinte. A falta de confiança na economia brasileira decorrente desses problemas também está provocando críticas das entidades representativas dos investidores estrangeiros. O novo presidente da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, R. Christopher Lund, falando em nome de empresas que representam US\$ 10 bilhões de investimentos no Brasil, destacou o clima adverso criado por algumas propostas apresentadas no Congresso-Constituinte, cujo objetivo é limitar a atuação das empresas estrangeiras no País.

Lund e seu antecessor, David Benadof, criticaram a reserva de mercado no setor de informática e a idéia de estender essa "proteção" ao setor de química fina. Com tantas restrições e ameaças como a tentativa do sr. Fernando Gasparian — o deputado-maquinista do trem-bala para Bangladênia — de expulsar os bancos estrangeiros do Brasil, além dos problemas criados pela inflação (que Benadof definiu como "um desastre"), os capitais externos estão em fuga da economia brasileira, fuga essa que aumentou depois da moratória do dr. Funaro. No ano passado, só as empresas norte-americanas retiraram do País US\$ 150 milhões, em virtude das dificuldades criadas aos investimentos nas áreas de alta tecnologia pela reserva de mercado. No primeiro trimestre deste ano, segundo dados preliminares, as empresas estrangeiras retiraram mais US\$ 50 milhões de nossa economia.

O ministro Bresser Pereira, temos certeza, sabe muito bem quais são as consequências negativas dessa insatisfação generalizada do empresariado nacional e estrangeiro, mas antes de fazer qualquer coisa no sentido de reverter esse clima de desconfiança, precisa beijar a mão do multipresidente Ulysses Guimarães, o primeiro a emitir juízos sobre o plano de consistência macroeconômica do ministro, a ser concluído na segunda quinzena deste mês. É o mesmo dr. Ulysses que, para mostrar que manda alguma coisa no PMDB, determina ao sr. Bresser Pereira que apresse a rolagem da dívida dos Estados em situação falimentar, em vez de — como sugerem os empresários paulistas — iniciar um processo de corte das gorduras. A catastrófica situação dos governos estaduais pode ser analisada pelas dificuldades financeiras do Estado mais rico da Federação, obrigado a recorrer à Justiça para não pagar o gatilho salarial do funcionalismo, pois, mesmo sem o seu disparo, as despesas com a folha de pagamento paulista consumirão 94% da receita de ICM, estimada em Cz\$ 55 bilhões.

Acontece que mesmo no Estado de São Paulo, cuja burocracia é relativamente mais organizada que a de outros Estados, o número exato de funcionários públicos não é conhecido, embora se saiba da existência de pelo menos 150 mil ociosos, sem contar os marajás das empresas públicas como a Cesp, empresa que poderia cortar 5 mil funcionários e ainda assim prestar seus serviços normalmente. Mas o dr. Ulysses, o presidente Sarney e o ministro da Fazenda preferem ignorar esses problemas, que se multiplicam ao infinito nos demais governos estaduais, na União e nas empresas estatais em geral.

É muito mais fácil saquear a sociedade do que limpar a administração pública, punir os corruptos e reduzir a influência de políticos irresponsáveis, mas a firme reação dos empresários e de toda a Nação está provando que há limites para as loucuras de Brasília.

Erro e desculpas. Mais uma vez pedimos desculpas aos nossos leitores por um erro contido no editorial "A pirotecnia de Sarney deu chabu outra vez" publicado na última sexta-feira.

No oitavo parágrafo onde se lê "sacrificou (Bresser Pereira) sua competência ao baixar interesses do seu partido..." devia estar, de acordo com os originais: "sacrificou a sua competência aos baixos interesses políticos do seu partido".